

Discursivas Controle - FGV



MEMORIA
RESUMOS

Sumário

Comece por aqui:	3
Tema 3 - TCE-PA – Auditor de Controle Externo – 2024	4
Tema 5 - CGM-Niterói – Auditor Municipal de Controle Interno - 2024	5
Tema 6 - CGM-Niterói – Auditor Municipal de Controle Interno - 2024	8

Atenção:

Este material é uma amostra.

O material completo é composto por **20** temas, conforme índice abaixo

TEMAS:

- ▶ Tema 1 - TCE-GO – Auditor de Controle Externo - 2024
- ▶ Tema 2 - TCE-PA – Auditor de Controle Externo – 2024
- ▶ Tema 3 - TCE-PA – Auditor de Controle Externo - 2024
- ▶ Tema 4 - TCE-PA – Auditor de Controle Externo - 2024
- ▶ Tema 5 TCE-PA – Auditor de Controle Externo – 2024
- ▶ Tema 6 TCE-PA – Auditor de Controle Externo – 2024
- ▶ Tema 7 - CGM-Niterói – Auditor Municipal de Controle Interno - 2024
- ▶ Tema 8 - CGM-Niterói – Auditor Municipal de Controle Interno - 2024
- ▶ Tema 9 - CGM-Niterói – Auditor Municipal de Controle Interno - 2024
- ▶ Tema 10- TCE-ES - Auditor de Controle Externo - 2023
- ▶ Tema 11 - TCE-ES - Auditor de Controle Externo - 2023
- ▶ Tema 12 - TCE-ES - Auditor de Controle Externo - 2023
- ▶ Tema 13 - TCE-BA - Auditor de Controle Externo - 2023
- ▶ Tema 14 - CGU - Auditor Federal de Finanças e Controle - 2022
- ▶ Tema 15 - TCU - Auditor Federal de Controle Externo - 2022
- ▶ Tema 16 - TCE-GO – Analista Técnico – Contábeis- 2022
- ▶ Tema 17 - TCE-GO – Analista Técnico – Contábeis- 2022
- ▶ Tema 18 - TCE-GO – Analista Técnico – Qualquer Formação- 2022
- ▶ Tema 19 - TCE-GO – Auditor de Controle Externo – Contábeis- 2022
- ▶ Tema 20 - TCE-TO – Auditor de Controle Externo – 2022

Comece por aqui:

1. Bem Vindo/a ao banco de discursivas da FGV para a Área de Controle!
 - As bancas FGV e Cebraspe dominam as discursivas nesta área, quando pesquisado no site do TEC Concursos. Então, mesmo que você não esteja estudando para a FGV, vale a pena olhar as cobranças da área.
2. Este material foi idealizado para quem busca praticidade nos estudos. Afinal, otimizar tempo e estudar de forma direcionada irá reduzir seu tempo nessa árdua trajetória de estudos.
3. Conteúdo deste material:
 - 20 Temas com a parte teórica da resposta e uma sugestão de resposta.
 - Análise estatística de cobrança
 - Em alguns temas haverá prints do conteúdo do Resumo Esquematizado
 - Filtros realizado no TEC Concursos: banca FGV, entre 2022-2025 de provas da Área de Controle
4. Observação:
 - Parte dos temas serão disponibilizados imediatamente e os demais em 7 dias após a compra.
 - Foi utilizado o recurso do ChatGPT Plus (mais atualizado e com prompts específicos para resolução de provas da FGV) e, após, conferência da resposta por mim.
 - Os prints dos esquemas foram retirados dos respectivos resumos esquematizados do **Memoria Resumos**. Caso você queira ter acesso a mais conteúdo como este, acessar o site: memoriaresumos.com.br

Tema 3 - TCE-PA – Auditor de Controle Externo – 2024**Questão:**

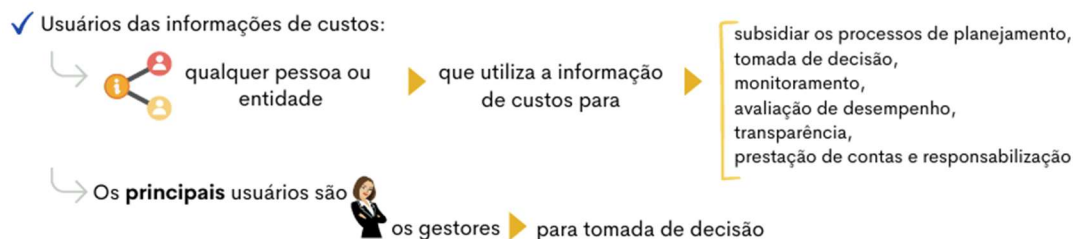
A NBC TSP 34- Custos no Setor Público tem por objetivo estabelecer diretrizes e padrões a serem observados na implementação do sistema de custos.

De acordo com a NBC TSP 34- Custos no Setor Público:

1. Identifique o principal usuário da informação de custos no setor público e explique como ele utiliza a informação recebida.
2. Explique e apresente um exemplo de como a gestão de custos no setor público pode contribuir para a melhoria da qualidade do gasto público.

Resposta em até 15 linhas:

1. O **principal usuário** da informação de custos no setor público é o **gestor público**, que utiliza esses dados para tomada de decisões, alocação eficiente de recursos e melhoria da qualidade do gasto. A informação de custos permite avaliar a economicidade, eficiência e eficácia dos serviços prestados, auxiliando na transparência e no controle social.



A gestão de custos no setor público contribui para a **melhoria da qualidade do gasto público** ao fornecer dados sobre a relação custo-benefício das ações governamentais. Um exemplo prático seria a análise do custo por aluno em uma rede de escolas públicas. Se os dados indicarem que uma determinada escola apresenta custo elevado por aluno e desempenho inferior, a gestão pode tomar medidas corretivas, como reestruturação dos processos ou realocação de recursos. Isso possibilita decisões mais racionais e uma melhor alocação orçamentária, promovendo eficiência no uso dos recursos públicos.

Tema 5 - CGM-Niterói – Auditor Municipal de Controle Interno - 2024**Questão:**

Em 01/01/2023, uma **escola** do setor público adquiriu para as salas de aula, à vista, móveis e utensílios por R\$50.000 e computadores por R\$20.000. A vida útil destes ativos foi estimada em 10 anos. Além disso, a escola depreciava os seus ativos imobilizados de acordo com o método da linha reta.

Em 2023, os gastos com salários dos professores e inspetores foi de R\$600.000 e com os funcionários que atuam exclusivamente na área administrativa, R\$120.000.

De acordo com a terminologia de custos aplicada ao Setor Público, contida no Manual de Informações de Custos do Governo Federal, **explique o que significa e indique o saldo que representa custos, despesas e investimentos.**

Resposta em tópicos para você ter um modelo mais visual:**Significado:**

a) Investimentos → corresponde a bens ou direitos reconhecidos no ativo em função dos benefícios futuros esperados

b) Custos → é o consumo ou utilização de recursos para a geração de bens ou serviços.

c) Despesas → bem ou serviço consumido direta ou indiretamente para a obtenção de receitas

Cálculo dos valores

Com base nos conceitos acima, podemos classificar os valores fornecidos na questão:

Classificação	Valor (R\$)	Justificativa
Investimentos	70.000	Aquisição de móveis, utensílios e computadores
Custos	600.000	Salários dos professores e inspetores (ligados ao ensino)
Despesas	120.000	Salários dos funcionários administrativos

Cálculo da depreciação

A depreciação dos ativos deve ser reconhecida como um **custo** (se o ativo for usado diretamente na atividade-fim) ou uma **despesa** (se o ativo for usado na área administrativa).

- **Valor total dos ativos adquiridos:** R\$50.000 (móveis e utensílios) + R\$20.000 (computadores) = **R\$70.000**
- **Vida útil estimada:** 10 anos
- **Depreciação anual** = $\text{R\$70.000} \div 10 = \text{R\$7.000 por ano}$

Se os ativos forem usados diretamente nas salas de aula, a depreciação será considerada **custo**. Caso fossem usados na administração, seriam classificados como **despesa**.

No caso apresentado, como os móveis, utensílios e computadores foram adquiridos para as salas de aula, a depreciação de **R\$7.000** deve ser considerada um **custo**.

→ Classificação final com depreciação incluída

Classificação	Valor (R\$)	Justificativa
Investimentos	70.000	Aquisição de móveis, utensílios e computadores
Custos	607.000	Salários dos professores e inspetores (R\$600.000) + Depreciação (R\$7.000)
Despesas	120.000	Salários dos funcionários administrativos

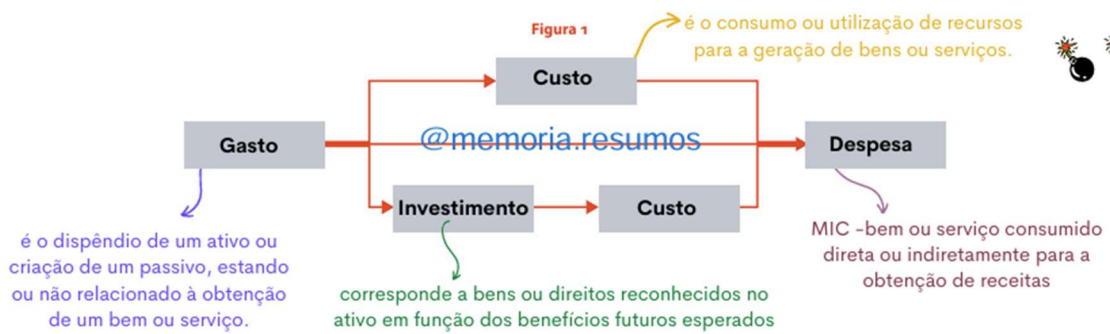
Conclusão

- **Investimentos: R\$70.000** (aquisição de ativos imobilizados).
- **Custos: R\$607.000** (salários dos professores e inspetores + depreciação dos ativos utilizados nas salas de aula).
- **Despesas: R\$120.000** (salários dos funcionários administrativos).

A terminologia é fundamental para questões como estas e em múltipla escolha! Fique atento/a.

★ Terminologia ► São as terminologias vistas acima na TSP-11.16 e TSP-34

MIC



Resposta em texto corrido:

Os **investimentos** referem-se a bens ou direitos reconhecidos no ativo, adquiridos com a expectativa de gerar benefícios futuros. No caso analisado, foram classificados como investimento os **R\$70.000** destinados à aquisição de **móveis, utensílios e computadores** para a escola pública. Esse valor compõe o ativo imobilizado da instituição, sendo utilizado ao longo de sua vida útil.

Os **custos** correspondem ao consumo de recursos para a produção de bens ou serviços essenciais à atividade-fim da entidade pública. No exemplo apresentado, os **salários dos professores e inspetores, no valor de R\$600.000, foram classificados como custos**, uma vez que estão diretamente relacionados à prestação do serviço educacional. Além disso, a **depreciação dos ativos utilizados nas salas de aula, no valor de R\$7.000 anuais**, também deve ser considerada um custo, pois reflete o desgaste desses bens na execução das atividades de ensino. Dessa forma, o total dos custos é **R\$607.000**.

As **despesas**, por sua vez, referem-se a bens e serviços consumidos de forma direta ou indireta para o funcionamento da instituição, mas sem ligação imediata com a atividade-fim. Nesse sentido, os **salários dos funcionários administrativos, no valor de R\$120.000, foram classificados como despesas**, uma vez que não impactam diretamente a prestação do serviço educacional, mas são necessários para a gestão e manutenção da escola.

Assim, a classificação final dos valores apresentados é a seguinte: **R\$70.000 como investimentos, R\$607.000 como custos e R\$120.000 como despesas**. Essa distinção é essencial para a gestão eficiente dos recursos públicos, garantindo que os gastos sejam corretamente alocados e refletindo a realidade financeira da instituição.

Tema 6 - CGM-Niterói – Auditor Municipal de Controle Interno - 2024**Questão:**

A integração entre os instrumentos de planejamento orçamentário – Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) – é essencial para que a gestão pública alcance uma atuação coordenada e focada em resultados. Esses instrumentos, quando articulados, permitem que o governo alinhe suas ações de curto, médio e longo prazo, estabelecendo prioridades e assegurando que as metas definidas sejam financiadas e executadas de forma eficiente e eficaz.

Com essa coordenação, evita-se a dispersão de recursos e reforça-se o compromisso com a transparência e a sustentabilidade fiscal, garantindo que os recursos públicos sejam aplicados em benefício real da população e em conformidade com as demandas sociais.

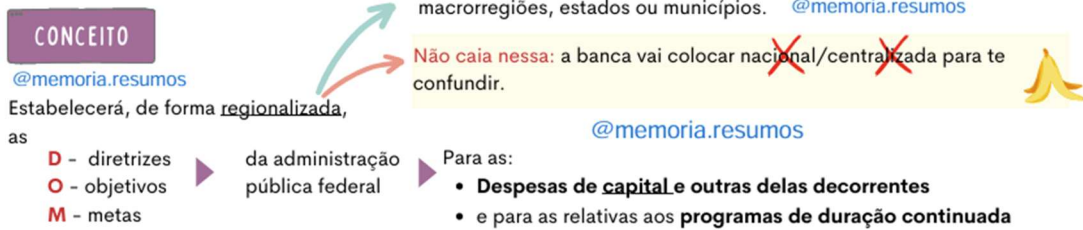
Assim, **defina e apresente os principais objetivos do(a):**

1. A) Plano Plurianual de Investimentos (PPA).
2. B) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
3. C) Lei de Orçamento Anual (LOA).

Resposta:**A) Plano Plurianual de Investimentos (PPA)**

O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo, estabelecendo as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um período de quatro anos. Seu principal objetivo é garantir a continuidade das políticas públicas e o alinhamento das ações governamentais com as necessidades da população, promovendo o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida. O PPA orienta a elaboração dos orçamentos anuais e define os programas estratégicos que devem ser executados pelo governo, assegurando a coerência entre planejamento e execução orçamentária. Além disso, permite a priorização de investimentos, evitando a fragmentação dos recursos e garantindo que as políticas públicas tenham um horizonte de implementação adequado. Dessa forma, o PPA é fundamental para uma gestão pública eficiente, transparente e focada em resultados, promovendo a integração entre as diferentes esferas governamentais e assegurando que os projetos iniciados tenham continuidade ao longo dos anos.

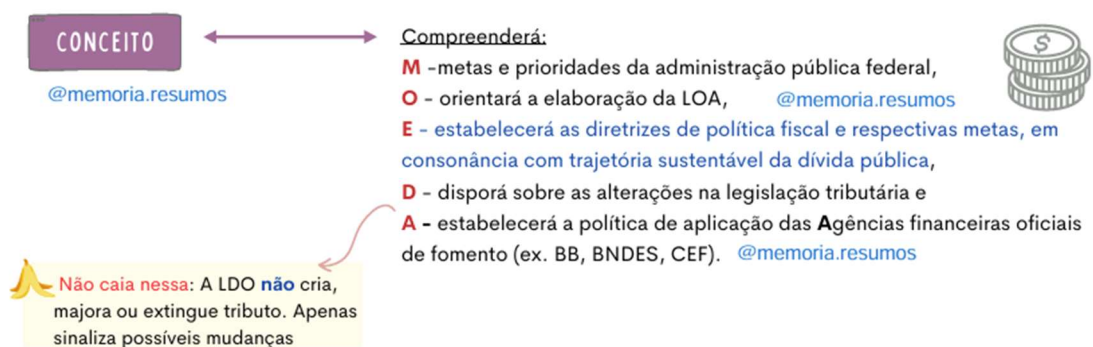
PPA - NA CF/88



B) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelece as metas e prioridades da administração pública para o exercício financeiro seguinte, servindo como um elo entre o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Seu principal objetivo é orientar a elaboração do orçamento anual, definindo as regras para a alocação de recursos, os limites de gastos e as prioridades do governo. A LDO também estabelece critérios para a execução orçamentária, incluindo normas para a política fiscal e metas de resultado primário e nominal, garantindo o equilíbrio das contas públicas. Além disso, a LDO contém diretrizes para alterações na legislação tributária e para a gestão da dívida pública, reforçando o compromisso com a responsabilidade fiscal. Dessa forma, a LDO desempenha um papel essencial na coordenação das ações governamentais, assegurando que os recursos públicos sejam distribuídos de maneira eficiente e alinhada com as prioridades estabelecidas no PPA, promovendo maior previsibilidade e transparência na gestão orçamentária.

LDO- NA CF/88



C) Lei Orçamentária Anual (LOA)

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é o instrumento que estima as receitas e fixa as despesas do governo para um período de um ano, garantindo a execução dos programas e ações planejados no Plano Plurianual (PPA) e estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Seu principal objetivo é detalhar a alocação

dos recursos públicos, assegurando que as políticas públicas sejam financiadas de acordo com as prioridades definidas pelo governo. A LOA é dividida em três orçamentos: fiscal, que trata das receitas e despesas dos órgãos da administração direta e indireta; da seguridade social, voltado para áreas como previdência, assistência social e saúde; e de investimentos das estatais, que abrange as empresas públicas que recebem recursos do governo. A LOA deve respeitar os princípios da legalidade, anualidade, universalidade e transparência, permitindo que a sociedade acompanhe a destinação dos recursos públicos. Assim, a LOA garante que o governo tenha um planejamento financeiro eficiente, evitando déficits orçamentários e assegurando o cumprimento das políticas públicas essenciais.

LOA - NA CF/88

